



SINTESPE

Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de SC

filiado a **CUT** BRASIL

Praça Olívio Amorim, nº 82 - Centro - Florianópolis/SC - CEP: 88020-090 - (48) 3223-6097 / www.sintespe.org.br - Dezembro 2017 / Janeiro 2018

Desafios e perspectivas para 2018

Atravessamos um período em que historiadores, economistas e cientistas políticos sentem dificuldade em definir o que de fato está acontecendo. Acreditava-se que este ano seria mais leve em relação ao anterior, mas as expectativas não se concretizaram. No entanto, ainda existe uma luz no fim do túnel.

Seja em nível nacional ou estadual, não houve trégua para a classe trabalhadora. A massacrante Reforma Trabalhista redefiniu as relações de trabalho, permitindo terceirizações, estimulando programas de demissão voluntária e seus efeitos mais árduos começarão a ser sentidos apenas no ano que vem. A Reforma da Previdência está

prestes a ser votada, irá dificultar o acesso a aposentadoria e acabar com o sistema de seguridade social, mesmo com CPIs e investigações que comprovam que não existe déficit.

Os escândalos políticos se proliferam não só em Brasília, com um governo ilegítimo que promete cargos e concede altas quantias em dinheiro para garantir a aprovação de projetos, mas também em terras catarinenses, com a renúncia e investigação de secretários de Estado, entrega de patrimônio público, municipalização de escolas e congelamento de investimentos públicos.

A terceirização está gerando mais precarização no serviço

público e também a entrega de patrimônios, como a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Codesc), a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (Cohab), a Corretora de Seguros e Administradora de Bens Móveis e Imóveis (Bescor), o Porto de São Francisco do Sul e com a transformação da Fundação do Meio Ambiente (Fatma) em Instituto do Meio Ambiente (IMA).

Em meio a tantas mudanças estruturais, escândalos e políticas duvidosas fica o questionamento sobre qual seria então esta "luz no fim do túnel". É importante analisar que todos os avanços significativos da classe trabalha-

dora ao longo da história possuem duas características em comum: união e luta.

Assim foi com a greve geral histórica realizada nacionalmente em abril, com a união dos trabalhadores da Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST) que buscaram melhores condições de trabalho e também daqueles que tiveram a coragem de paralisar as atividades do Porto de São Francisco do Sul em pleno mês de dezembro. Esta última mobilização foi uma das mais vitoriosas do ano e o governo do Estado foi obrigado a receber o sindicato e conceder algumas reivindicações

Fortalecimento da união e da luta deve ser o norte para o ano de

2018, ocasião em que o SINTESPE completa seus 30 anos. Nosso compromisso continuará sendo com a categoria, oferecendo formas corretas de mobilização e lutando para que exista realmente uma renovação política. Neste ano o sindicato fez denúncias constantes sobre parlamentares que votaram em projetos que prejudicam a classe trabalhadora e estimularemos nossa base para que votem conscientemente no próximo pleito. Nossa luta contínua será sempre por você, servidor público, para que os seus direitos sejam mantidos e para que nossos representantes atuem em favor da classe trabalhadora.



Governo entrega Porto de São Francisco do Sul para a SCPar e servidores paralisam atividades

Desde o ano passado e, especialmente nos últimos meses, a Diretoria do SINTESPE esteve mobilizada para defender o Porto de São Francisco do Sul 100% público. O Governo do Estado, no entanto, conseguiu a aprovação do projeto no dia 5 de dezembro e passou a administração do Porto para uma sociedade de propósito específico. Em protesto, cerca de 230 servidores paralisaram as atividades por dois dias.

Os acessos ao Porto ficaram

bloqueados para a carga e descarga, o que gerou uma resposta rápida do governo. Um dia após o início da greve, o secretário da Casa Civil, Nelson Serpa e o presidente da SCPar, Gabriel Vieira receberam o presidente do SINTESPE, Antonio Lins, a assessora jurídica do sindicato e lideranças do Porto para uma mesa de negociação das reivindicações.

Foi apresentada uma proposta de complementação de valores do vale-alimentação, garantia de

estabilidade e permanência no emprego, anistia dos dias parados da greve, além de uma perícia que poderá conceder até 40% do vencimento como adicional de insalubridade. Os servidores, reunidos em assembleia aceitaram a proposta oferecida e suspenderam a greve. Porém, mantiveram estado de greve até encaminhamento do acordo.

A defesa do Porto foi uma das lutas do SINTESPE ao longo deste ano que passou e diversas

mobilizações foram realizadas no sentido de conscientizar servidores e sociedade sobre a importância de manter o Porto 100% público. Em setembro foi realizada uma audiência pública em São Francisco do Sul onde os participantes questionaram qual o real interesse do Governo do Estado em repassar esta autarquia.

A justificativa do Governo para entregar o Porto é de que a autarquia teria mais autonomia, menos interferência política e

mais agilidade nos investimentos. A conversa fiada não convenceu nem os trabalhadores do Porto e nem a sociedade franciscanense que desaprovou a entrega do patrimônio. O objetivo do Governo, conforme já divulgado através da mídia catarinense, é o de acessar os recursos do caixa, que ultrapassam os valores de R\$ 100 milhões e destinar esses recursos para amortizar dívidas em instituições e setores do governo que se encontram em crise.

Filie-se! Sindicato é uma ferramenta de luta dos trabalhadores



Governador Colombo congela investimentos públicos por dois anos

O Governo do Estado aplicou um golpe na sociedade catarinense no dia 14 de novembro. O PL 350/2017 teve seu trâmite atropelado nas comissões da ALESC e foi puxado para votação em plenário. O PL renegocia a dívida do estado, limita os investimentos no serviço público por dois anos e congela salários dos servidores de todas as categorias. O sindicato entrará com uma ação direta de inconstitucionalidade.

O PL 350 recebeu 23 votos a favor e sete contra e foi apreciado apenas na Comissão de Constituição e Justiça. O

projeto encontrava-se na Comissão de Finanças e Tributação e antes da votação em plenário deveria passar pela aprovação da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. Os servidores públicos, principais interessados na questão sequer foram consultados e não houve nenhum tipo de discussão. Os deputados estaduais negaram o pedido de audiência pública elaborado por entidades como o SINTESPE, SINTE, SINJUSC e Tribunal de Justiça.

O deputado Dirceu Dresch (PT) acusou o governo de adotar uma “política crimino-

sa” ao aceitar vincular a renegociação das dívidas à limitação dos gastos públicos. “O governo federal empurrou de goela abaixo dos governadores e o Colombo aceitou, é uma política criminoso”, argumentou Dresch. A deputada Luciane Carminatti (PT) lamentou não ter sido aprovada a realização de uma audiência pública, na comissão, para discutir a matéria. “Fomos impedidos de fazer o debate e por isso não podemos apresentar emendas em plenário. Esse é outro golpe que estão aplicando contra os trabalhadores”, disse Luciane.

Estes foram os deputados que votaram a FAVOR do projeto do congelamento e contra a sociedade catarinense:	
Altair Silva (PP)	Mario Marcondes (PSDB)
Antonio Aguiar (PMDB)	Mauro de Nadal (PMDB)
Dalmo Claro (PSD)	Narcizo Parisotto (PSC)
Darci de Matos (PSD)	Natalino Lazare
Dirce Heiderscheidt (PMDB)	Nilso Berlanda (PR)
Gabriel Ribeiro (PSD)	Nilson Gonçalves
Gelson Merisio (PSD)	Ricardo Guidi (PSD)
Ismael dos Santos (PSD)	Romildo Titon (PMDB)
João Amin (PP)	Serafim Venzon (PSDB)
José Milton Scheffer (PP)	Silvio Dreveck (PP)
Kennedy Nunes (PSD)	Valdir Cobalchini (PMDB)
Manoel Mota (PMDB)	

Votaram CONTRA o congelamento:	
Ana Paula Lima (PT)	
Cesar Valduga (PCdoB)	
Fernando Coruja (PMDB)	
Luciane Carminatti (PT)	
Neodi Saretta (PT)	
Padre Pedro Baldissera (PT)	
Dirceu Dresch (PT)	

Balancetes do SINTESPE

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS						
RECEITA	junho/2017	julho/2017	agosto/2017	setembro/2017	outubro/2017	novembro/2017
Mensalidade de Associados	154.304,11	153.228,24	148.014,51	153.856,22	149.274,88	150.196,78
Receita de Aplicações	34.599,71	34.109,18	34.285,45	27.081,95	27.395,28	188,69
Receita de Locação		94,00		188,00	188,00	188,00
Outras Receitas		123,15	10,00			13,03
Receita de Precatórios	443,87	1.895,33	556,90	992,02	624,79	306,95
TOTAL DAS RECEITAS	189.347,69	189.449,91	182.866,86	178.319,81	177.482,95	150.893,45
DESPESA	junho/2017	julho/2017	agosto/2017	setembro/2017	outubro/2017	novembro/2017
PESSOAL E ENCARGOS	118.749,80	91.718,63	88.404,32	90.876,45	96.850,75	95.585,09
DESPESAS GERAIS	68,00	240,00	251,92	-	-	-
Combustível e Lubrificantes	404,65	429,02	100,00	440,87	549,44	349,62
Água e Esgoto	234,80	234,80	234,80	249,08	249,08	249,08
Serviços de Cartório						
Combustíveis e Lubrificantes						
Correios e Malotes	620,90	163,30	4.956,75	49,00	50,50	
Energia elétrica	718,32	574,10	622,62	691,77	704,95	750,26
Frete					37,00	
Honorários Profissionais		200,00				
Impostos e Taxas Diversas			78,25			
Locação de Equipamentos		267,00	298,05	267,00	271,60	
Manutenção em Programas e Site	2.617,96	2.243,31	2.370,90	2.510,01	2.819,64	1.827,96
Manutenção em Veículos	30,00	50,00	2.115,00	707,00	684,00	2.142,00
Manutenção de equipamentos	762,20		395,00	6,90	7,50	637,15
Manutenção e Reparos	547,20		17,20		150,00	83,90
Material de Copia e Cozinha	977,84	289,50	914,91	354,01	763,98	553,15
Material de Expediente	708,80	868,00	521,53	179,00	729,10	661,60
Material de Higiene	144,50	652,20	52,65	638,60	67,20	428,05
fotocópias		230,00				
Assinatura de TV a cabo e internet	961,72	964,15	964,97	264,97	964,97	964,97
Outras Despesas (TARIFAS BANCARIAS, CURSOS, EVENTOS E PROMOJ)	230,32	7.873,55	2.135,16	176,68	5.002,85	267,92
Segurança do Patrimônio	265,75	265,75	265,75	265,75	265,75	265,75
Seguros	1.981,21	438,43	1.028,11	1.028,11	589,68	589,68
Multa de Trânsito	235,59			156,18	416,49	520,62
Telefones e demais comunicações- CELULAR	5.093,61	4.928,88	5.073,87	5.405,70	5.282,78	5.171,82
IMPrensa e Divulgação	junho/2017	julho/2017	agosto/2017	setembro/2017	outubro/2017	novembro/2017
- Serviço de dobra e encarte de jornal						
- Faixas/Cartazes/Camisetas/Outdoor/Impressos		3.150,45	130,00			
- Livros/Jornais/Revistas		900,00	32,00		390,00	
- Rádios/TV/Som/etc				1.989,20		
ATIVIDADES SINDICAIS	junho/2017	julho/2017	agosto/2017	setembro/2017	outubro/2017	novembro/2017
- Assembleias	6.230,64	604,50		1.494,33	1.766,30	36.339,35
- Viagens	1.601,97		5.336,38	2.172,21	1.107,46	2.352,03
- Doações (ajuda financeira a sindicatos)		460,00	2.318,85	100,00	420,00	1.200,00
- Contribuição a CUT	15.690,70	15.690,70	15.690,70	15.690,70	15.690,70	15.690,70
- DIESSE	645,86	645,86	645,86	1.307,87	662,01	662,01
-TV Florianópolis	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	1.911,78
- Mobilizações	650,50	295,50			644,55	14.231,04
ASSESSORIA JURÍDICA/CUSTAS/CÁLCULOS	3.306,45	3.224,68		407,16	2.305,82	1.090,11
DIRETORIA E REPRESENTANTES	junho/2017	julho/2017	agosto/2017	setembro/2017	outubro/2017	novembro/2017
- Despesas com o presidente	636,96	793,33	619,65	1.008,85	1.021,93	911,06
- Reunião de Diretoria e Conselho Fiscal	3.181,58	3.730,75	2.368,98	3.525,59	1.727,96	615,30
- Diretoria Liberada	2.707,99	6.243,25	3.555,40	5.824,42	2.590,53	1.680,00
- Confraternização						
- Ajuda de Custo *	2.865,70	2.865,70	2.865,70	2.865,70	2.865,70	2.865,70
- Auxílio de Custo **	3.437,70	3.437,70	3.437,70	3.437,70	3.437,70	4.009,62
NÚCLEO REGIONAL DE LAGES	1.519,99	505,09	1.146,83	1.664,48	1.240,90	1.616,10
NÚCLEO REGIONAL DE CHAPECÓ	2.555,29	2.505,68	2.286,14	2.192,17	2.200,50	2.048,63
NÚCLEO REGIONAL DE JOINVILLE	1.984,46	2.662,83	1.567,04	1.988,40	2.159,53	1.553,17
NÚCLEO REGIONAL DE CRICIÚMA	1.441,61	1.003,74	1.092,43	1.160,39	1.220,03	1.293,59
NÚCLEO REGIONAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE	1.008,34	563,19	563,56	959,64	982,46	1.005,49
TOTAL DAS DESPESAS	186.818,91	165.282,08	156.458,98	154.055,89	160.891,34	202.124,30
SUPERÁVIT/ DÉFICIT	2.528,78	24.167,83	26.407,88	24.263,92	16.591,61	51.230,85

* Antônio Celestino Lins
** Mário Antonio da Silva, Sebastião Teotônio Amorim e Wolney Adilson da R Chucru

OBSERVAÇÃO: Balancetes elaborados pelo Regime de Caixa.

Governo do Estado diminui parcela de repasse ao SC Saúde



O SC Saúde, plano que atende os servidores estaduais ativos e inativos sofrerá queda de repasses. Isso porque o Governador do Estado encaminhou para a Assembleia Legislativa uma medida provisória (MP) que diminui consideravelmente a contrapartida de investimento do Poder Executivo. A MP 214/2017 chegou à ALESC no dia 22 de agosto e reduz investimentos pelo período de seis meses. O percentual de participação do governo cairá de 4,5% para 0,5% e isso

representa na prática um valor de R\$ 16 milhões a menos por mês para o fundo mantenedor do SC Saúde. A votação em plenário da MP aconteceu em 28 de novembro, com 16 votos favoráveis e seis contrários.

Conforme o texto da MP, o SC Saúde está com R\$ 400 milhões em caixa e o Governo alega que a medida é necessária para reforçar o caixa do Estado e, portanto, não deverá comprometer o funcionamento do plano. O SINTESPE, no entanto, considera que essa MP terá sim repercussões e que o atendimento ao servidor será prejudicado. “Quando se tem uma queda de quatro pontos no percentual de investimento fica

muito difícil acreditar que não haverá repercussão. Obviamente o plano diminuirá o atendimento e deverá afetar consideravelmente a cobertura, que já é bastante precária”, afirmou o presidente do SINTESPE, Antonio Lins. O sindicato também questiona o porquê de não ampliar o atendimento de alta complexidade ou aumentar a cobertura do plano.

Em funcionamento desde 2012, o SC Saúde foi instituído através da Lei Complementar 306 em 2005. O plano atende aproximadamente 180 mil trabalhadores e atualmente é mantido com contribuições dos segurados, além de contrapartidas dos poderes e órgãos estaduais.

Estado encerra versão impressa de Contracheques

Desde o mês de julho os servidores ativos da administração direta, fundacional e autárquica do Poder Executivo tem acesso ao contracheque exclusivamente na versão on-line. O encerramento da versão

impressa do contracheque foi anunciado como “parte de iniciativas de modernização do Estado, com vistas a contribuir com a redução das despesas administrativas e o uso racional do papel”.

Ainda segundo o Governo,

está prevista uma redução de gastos de mais de R\$ 800 mil. O contracheque on-line está disponível no Portal do Servidor, com a possibilidade de ser acessado por meio de dispositivos móveis como smartphones e tablets.

VOCE SABIA?

SJC: regulamentação de cargos

O Projeto de Lei Complementar 40/2017, que trata do plano de cargos e vencimentos para os agentes penitenciários e socioeducativos, cria funções gratificadas e cargos administrativos na Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (SJC). Em apreciação recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da ALESC. Trata-se de uma luta histórica do SINTESPE junto ao Governo para que servidores de carreira ocupem cargos de chefia. O PLC tramita em regime de urgência, mas por conta do recesso parlamentar deverá ser votado apenas em 2018 no plenário, pois ainda precisa ser apreciado pelas demais comissões. O Governador Raimundo Colombo afirmou que vetará as emendas. A matéria será apreciada apenas no próximo ano e as emendas oportunistas dos deputados podem colocar em risco a aprovação do projeto.

Emendas poderão beneficiar outras secretarias

Os deputados apresentaram emendas a esse projeto. Com isso serão criadas gratificações que beneficiarão também os servidores de outras secretarias como a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL), Fundação Catarinense de Cultura (FCC), Fundação Catarinense de Esporte (Fesporte) e Santa Catarina Turismo S/A (Santur). O Governador Raimundo Colombo afirmou que vetará as emendas, mas a matéria será apreciada apenas no próximo ano.

Abandono no Lar São Gabriel

Está se intensificando a situação de abandono do Serviço de Acolhimento São Gabriel, em São José. O Centro, que deveria oferecer atividades de reabilitação e alfabetização, é vinculado à SST e passa por um processo de precarização. Os trabalhadores e trabalhadoras daquele local estão sem as devidas condições de trabalho, que incluem baixo número de plantonistas e ausência de alojamentos. A falta de servidores também afeta os internos, que estão sem acompanhamento psicológico diário.

FATMA é transformada em Instituto do Meio Ambiente

Mudança poderá representar retrocesso na fiscalização ambiental

O Projeto de Lei 438/2017, que extinguiu a Fundação do Meio Ambiente (Fatma) e criou o Instituto do Meio Ambiente (IMA) foi aprovado em dezembro no plenário da ALESC e poderá apresentar um retrocesso no que se refere à fiscalização ambiental em Santa Catarina. A mudança de autarquia para instituto também gera incertezas quanto à situação dos servidores públicos lotados na fundação. O projeto chegou à ALESC no final do mês de outubro e uma das mudanças mais polêmicas trata da alteração na agilidade dos licenciamentos ambientais. Isso poderá representar uma verdadeira amputação da fiscalização ambiental no estado, permitindo que interesses econômicos possam se sobrepor ainda mais. O PL não apresenta nenhuma garantia de como ficará a situação dos servidores públicos da FATMA e sobre esse assunto especula-se que existem outros dois projetos que complementam o PL, um que cuidará da estrutura do instituto e outro que tratará do plano de cargos e salários dos trabalhadores.

Melhores condições de trabalho na SST

Sindicato denunciou irregularidades na secretaria e mobilizou trabalhadores para a luta



O SINTESPE denunciou ao Ministério Público diversas irregularidades encontradas no prédio da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST). As precárias condições de trabalho foram encontradas após uma visita de vistoria em agosto. A luta dos trabalhadores gerou frutos e o

Governo agora estuda um novo local para a sede da SST.

Os problemas de infraestrutura são de natureza interna e externa. Há umidade, mofo, fiação elétrica exposta e condições hidráulicas precárias.

Parte do exterior do edifício está em processo de desabamento e outros problemas incluem extintores de incêndio fora do prazo de validade e infestação de ratos e pombos.

Em outubro, após a visita de diversos órgãos de fiscalização, o governo chamou o sindicato para debater a questão e os dema-

is itens da pauta de reivindicação dos trabalhadores. O encontro representou uma vitória para a luta dos servidores e para o sindicato e foi evidenciado que o Governo do Estado tem a intenção de realocar a secretaria para as instalações da antiga Cohab.

É esperado que a mudança das operações ocorra no início de 2018. Outro ponto da pauta que também está em andamento é a criação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e a da redução da jornada de trabalho. A alteração no horário foi uma medida do governo adotada em 2015 e até agora não apresentou nenhum efeito significativo, já que os usuários da SST não tem procurado o local no horário do meio-dia.

Plano de cargos e salários da Defensoria Pública

Um dos projetos que tramita na ALESC trata do Plano de Cargos e Salários, Carreira e Vencimentos para os servidores da Defensoria Pública do Estado. A conquista deste plano é proveniente da luta, quando foram somadas as forças da Associação dos Servidores Públicos da Defensoria Pública de SC (ASDPESC) e do SINTESPE.

Em 2016, a Defensoria realizou uma greve em todo o Estado com o auxílio do

sindicato e a mesma saiu vitoriosa, tanto pelo reajuste conquistado no vale alimentação e agora com o plano de cargos e salários. Na exposição de motivos do Projeto de Lei Complementar (PLC) nº. 0031.3/2017 é mencionado que revitalizar o órgão se faz necessário, entre outros motivos, “para prevenir reações drásticas como movimentos grevistas – como já ocorreu no passado”. Mais essa vitória da categoria reforça a importância de manter

vivos os sentimentos de luta e de consciência de classe, já que assim todos saem ganhando.

Vale ressaltar, que o Governo do Estado abriu um edital de concurso para o órgão, porém o mesmo não atende a demanda e serve apenas como fonte de arrecadação para o Estado, já que há baixo número de vagas. A luta por um concurso digno também deve fazer parte da luta dos trabalhadores.

Sindicato denuncia irregularidades na SJC e pede CPI

Situação na secretaria é de escândalos e omissões

Em agosto, o SINTESPE ocupou a tribuna da ALESC para solicitar junto a Frente Parlamentar em Defesa das Empresas e Serviços Públicos a abertura de uma CPI do sistema prisional catarinense. Há meses também existe o alerta para os interesses escusos que rondam a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, assim como o desprezo do Governo do Estado para com o sistema através de suas tentativas de sucateamento.

O cenário de terceirização do sistema começou a trazer prejuízos após identificadas as irregularidades no contrato entre o Governo e a empresa Montesinos. O assunto ganhou notoriedade e outras denúncias

sobre o sistema foram trazidas ao SINTESPE, como por exemplo, o superfaturamento de contratos de construção de presídios, mascaramento de superlotação carcerária e inoperância de empresas.

Secretária na mira de investigações

No final de novembro foi deflagrada a Operação República Velha, que investiga a secretária Ada de Luca (PMDB), por falsa prestação de contas, caixa dois, corrupção e formação de quadrilha em uma operação que envolve 44 policiais e o cumprimento de 11 mandados de busca e apreensão em quatro cidades catarinenses.

Medição radiológica nas unidades do sistema prisional

O SINTESPE contratou a empresa Brasil-Rad Consultoria em Radioproteção LTDA para fazer as devidas medições radiológicas dos scanners corporais instalados nas unidades penitenciárias do Estado. A iniciativa foi tomada com a intenção de proteger a saúde dos trabalhadores do sistema já que a exposição à radiação ionizante é indevida e perigosa. Lembramos que o operador deste tipo de equipamento deve cumprir exigências contidas na Lei Federal nº 7.394 de 29 de outubro de 1985 e o sindicato fiscalizará essa situação constantemente.

SINTESPE na estrada em contato com a base



O SINTESPE realizou no mês de agosto uma série de visitas aos locais de trabalho para verificar as condições oferecidas pelo Governo e realizar uma conversa com os servidores. Além das especificidades de cada órgão, esteve em pauta o imposto sindical, a filiação e também a eleição de representantes por local de trabalho.

As visitas foram realizadas entre os dias 14 e 18 de agosto nas cidades de São Miguel do Oeste, Itapiranga, São João do Oeste, São José do Cedro, Campo Erê, São Lourenço do Oeste, Maravilha e Palmitos. Entre os locais visitados estão Unidades

de Pronto Atendimento, Centros de Educação Profissional (CEDUP), Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), Deinfra, FATMA, regionais da saúde, sistema prisional, IMETRO/SC e SINE.

Além disso, o SINTESPE realizou assembleias nos últimos meses nas cidades de Criciúma, Joaçaba, Chapecó, Blumenau, Rio do Sul, Araranguá, Tubarão, Itajaí para conscientizar os servidores e a população a respeito de projetos polêmicos, como o PL 350/17, que congelou os investimentos públicos por dois anos.

APRIMORAMENTO

Nos dias 16 e 17 de agosto, a Diretoria do SINTESPE participou de um curso de extensão promovido pelo DIEESE em Chapecó. Com o tema “marketing sindical”, o curso promoveu reflexões sobre as ativida-

des de comunicação utilizadas pelo movimento sindical e quais são as estratégias para se aproximar ainda mais da base.



Cursos de formação de base retorna em março

O SINTESPE informa que dará continuidade com sua agenda referente a 1ª Etapa do Curso de Formação de Base a partir de março de 2018. Onde estaremos disponibilizando novas datas e mapeando as regiões. Em 2017 as cidades de Criciúma, Joaçaba e Canoinhas receberam a 1ª etapa do curso.

Lembramos que o número mínimo de participantes do curso é de 10 pessoas, que poderão ser da nossa base ou convidados de outras entidades que estejam no Extremo Oeste, Oeste, Meio Oeste, Planalto Serrano, Planalto Norte, Norte do Estado, Vale do Itajaí e Alto Vale, Região Sul, Região de Tubarão e Florianópolis e Região.



Saúde enfrenta paralisações no fim de ano



A política da terceirização e da privatização praticada pelo Governo do Estado continua a deixar um rastro de destruição nos atendimentos de saúde em Santa Catarina. Unidades administradas pela Associação

Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM) passaram por paralisação de atividades na reta final de 2017. É o caso do Hospital Regional de Araranguá, Hospital Regional de São Miguel do Oeste, além de unidades do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). O motivo das paralisações é por conta do

atraso no pagamento de salários dos funcionários. A gestão também é marcada por dívidas com fornecedores e prestadores de serviços o SINTESPE sempre combateu este tipo de equívoco na política do governo. Somos a favor de um Estado que não se exime de suas responsabilidades, que não ignora as políticas de estado e os interesses da população.

Votação da Reforma da Previdência ficará para 19 de fevereiro

Sem votos para a aprovar o desmonte da Previdência, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, anunciou que a discussão da proposta acontecerá no dia 5 de fevereiro, com votação

prevista para o dia 19 de fevereiro. Nesse meio tempo, as Centrais Sindicais e também o SINTESPE atuarão com todas as suas forças para impedir que a reforma seja aprovada.

SE BOTAR PRA VOTAR O BRASIL VAI PARAR